

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.041 - DF (2019/0241833-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOSE LEONARDO SILVA SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : FELIPE ROSSI DE ANDRADE - DF040445
EDUARDO AUGUSTO XAVIER FARIAS - DF040026
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSE LEONARDO SILVA SANTOS, com amparo no art. 105, III, c, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 291/292:

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ LEONARDO SILVA SANTOS (231/241), com fulcro no art. 105, III, alíneas 'a' e 'c', da CF, objetivando desconstituir o acórdão proferido pela 1ª Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-STJ fls. 219/225), que não conheceu do recurso defensivo, e conheceu e deu provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, para **fixar o regime inicial fechado para o cumprimento da pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, como incurso no art. 33, caput, da Lei 11.343/06**, nos termos da ementa seguinte:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. DESISTÊNCIA DO RECURSO. POSSIBILIDADE. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. MAUS ANTECEDENTES E QUANTIDADE DA DROGA. NECESSIDADE DE REGIME MAIS ENÉRGICO. RECURSO DA DEFESA NÃO CONHECIDO E DO MP CONHECIDO E PROVIDO.

1. Diante do pedido de desistência da defesa técnica e da falta de interesse recursal do réu, à luz do art. 89, XIII, do RITJDFT, deve ser homologado o pedido de desistência recursal deste. 1.1. Recurso da defesa não conhecido.

2. Réu portador de maus antecedentes e que **foi preso com relevante quantidade de droga (571,1g de maconha)** clama por regime prisional mais enérgico para viabilizar sua ressocialização. 2.1. No caso, à luz do art. 33, § 3º, do Código Penal, deve ser fixado o regime inicial FECHADO para cumprimento da reprimenda de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

3. Recurso da defesa não conhecido. Recurso da acusação conhecido e provido' (e- STJ fl. 219).

O Recorrente alegando ter havido, no acórdão, **violação ao art. 59 do Código Penal, além de divergência jurisprudencial, decorrente de erro na dosimetria da pena, sustentando que, 'é**

Superior Tribunal de Justiça

defeso a utilização de penas extintas há mais de cinco anos como valoração negativa em análise dos maus antecedentes do acusado' (e-STJ fl. 240), e que, dessa forma, caberia 'a reforma do acórdão ora vergastado no sentido de não se utilizar a condenação do réu transitada em 2008 como maus antecedentes, deixando, assim, de exasperar a pena base com base nessa circunstância, e, após o decote da circunstância judicial em comento, como desdobramento lógico e necessário, forçosa a fixação do regime de cumprimento inicial da pena no semiaberto' (e-STJ fl. 241).

O Desembargador Presidente do Tribunal de origem admitiu o recurso especial em tela (e-STJ fls. 277/279) – grifei.

Ao final, o *Parquet* Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 273/274 e 275/276.

É o relatório.

Decido.

O recurso não reúne condições de ser objeto de conhecimento desta Corte Superior de Justiça.

Com efeito, da sentença condenatória de e-STJ fls. 134/340, apenas a acusação interpôs recurso de apelação, uma vez que a defesa peticionou desistindo do recurso de apelação que havia interposto (e-STJ fl. 224).

Dessa forma, o tema objeto deste recurso especial – não configuração de maus antecedentes por condenações acobertadas pelo manto da depuração – não pode ser objeto de apreciação por este Tribunal porque a condenação está irremediavelmente acobertada pelo manto da definitividade, não podendo, assim, nenhum de seus pontos ser alterados, sob risco de violação à coisa julgada material.

E como o pleito de fixação do regime semiaberto está intimamente ligado ao provimento da tese encerrada pela definitividade, também não há como ser conhecido.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial** nos termos acima delineados.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

